

INFRAESTRUTURA

União vai retomar 3,1 mil quilômetros de trilhos

Governo tem pressa, porque o contrato atual, de 30 anos, vence em 27 de agosto

O Ministério dos Transportes (MT) chegou a uma proposta final para a renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), maior malha ferroviária do País, com 7.220 quilômetros.

A pasta apontou ajustes finais no acordo e encaminhou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que deve enviar a minuta da prorrogação ao Tribunal de Contas da União (TCU) nesta semana. A nova concessão precisa do aval da corte. Há pressa, porque o contrato atual, de 30 anos, vence em 27 de agosto. Se o novo acordo não for chancelado até lá, o ministério terá de recorrer a um novo aditivo para concluir a transação.

Como informou a Agência Fophapress, há possibilidade de ampliar o prazo do contrato atual em mais dois anos, embora o ministro dos Transportes, George Santoro, acredite que a aprovação antes de agosto é viável. “Estamos trabalhando com essa data, acredito que não teremos necessidade de ampliar o prazo”, disse.

A proposta do governo foi costurada com a concessionária VLI, formada pela Vale, Brookfield, Mitsui e BNDESPar, além de fundos de investimentos.

Hoje, a FCA tem 7.220 quilômetros de linhas espalhadas por Minas Gerais, Bahia, Espíri-



MINFRA/DIVULGAÇÃO/JC

Objetivo é atualizar normas sobre contratos de concessão e autorizações de operação ferroviária

to Santo, Goiás, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Com a renovação, a malha que permanecerá com a VLI cairá para 4.110 quilômetros.

O acordo prevê um investimento total de R\$ 27,6 bilhões na ferrovia, sendo R\$ 23,4 bilhões obtidos pela própria operação da malha e distribuídos ao longo dos próximos 30 anos de concessão.

Os demais R\$ 4,2 bilhões estão relacionados a indenizações pela devolução de 3.110 km de trechos classificados como inativos, deficitários ou sem viabilidade econômica. Parte deles será oferecida ao setor privado, em regime simplificado de autorização.

O plano é que todo valor, inclusive de indenizações, seja direcionado ao aprimoramento e reconstrução da própria FCA, por se tratar de um bem público que pertence à União.

Essa devolução envolve linhas históricas. Entre os trechos que sairão da concessão estão Divinópolis – Engenheiro Bhering (MG), Alagoinhas (BA) – Propriá (SE), Recreio (MG) – Campos (RJ), Itaboraí (RJ) – Vitória (ES), Piraporá – Buritizeiro (MG), Roncador (GO) – Brasília (DF), Engenheiro Bhering – Varginha (MG), Barra Mansa (RJ) – Garças (MG) e Barra Mansa – Angra dos Reis (RJ), além de diversos ramais industriais.

Alguns desses corredores já têm projetos em andamento, como o trecho no Espírito Santo e o trem de passageiros previsto para interligar Brasília e Luziânia (DF). Os ajustes feitos pelo ministério incluem a manutenção de alguns corredores deficitários dentro da FCA, como é o caso do trecho Corinto – Aratu, entre Minas Gerais e Bahia. A concessionária terá de fazer a substituição integral de trilhos, troca de dormentes e renovação operacional do trecho.

A Bahia virou um dos pontos centrais da negociação, sob a justificativa de se fazer a “recomposição da diretriz de política

pública” e o “equilíbrio federativo”. Investimentos originalmente previstos para trechos marcados por problemas de passagem em áreas urbanas no Distrito Federal, por exemplo, foram transferidos para obras ferroviárias na Bahia.

De maneira geral, houve mudança no perfil dos investimentos. Em vez de priorizar locomotivas e vagões, como feito no contrato original, a nova modelagem concentra recursos na recuperação estrutural dos trilhos e da infraestrutura fixa.

Os investimentos na via permanente dos trilhos somarão cerca de R\$ 8,2 bilhões. Já os gastos previstos com os trens em si despencaram de cerca de R\$ 12 bilhões em versões anteriores da proposta para R\$ 3,1 bilhões.

A modelagem também prevê R\$ 452,8 milhões para obras de redução de conflitos urbanos em 46 municípios, incluindo passarelas, viadutos e intervenções para reduzir acidentes ferroviários.

O acordo também obriga a FCA a aceitar novas regras de interoperabilidade ferroviária, especialmente no acesso ao porto de Santos. A concessionária terá de renegociar acordos de entrada de terceiros na malha e poderá sofrer arbitragem direta da ANTT caso não haja consenso.

A renovação passará ainda a prever espaço para trens de passageiros em determinados trechos da malha. O contrato exige que a FCA ofereça até dois pares diários de trens de passageiros em corredores com densidade mínima de carga.

Supremo Tribunal Federal valida lei que abre espaço para Ferrogrão

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 9 a 1, manter a lei que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim (PA) para comportar os trilhos da Ferrogrão. A implementação da ferrovia ainda está condicionada aos estudos de impacto e licenciamento ambiental. O PSOL, autor da ação, questionava a redução de

862 hectares no perímetro da área protegida. Para a legenda, essa alteração não poderia ter sido feita por Medida Provisória (MP).

O empreendimento está paralisado desde 2021 por decisão do relator, Alexandre de Moraes, que votou para declarar a plena validade da norma. Esse entendimento foi acompanhado pelos

ministros Luís Roberto Barroso (já aposentado), Cristiano Zanin, André Mendonça, Kássio Nunes Marques, Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

O relator entendeu que a alteração do perímetro do parque não foi irregular, pois só ocorreu após a conversão da MP em lei. Para o ministro, “não há nenhum perigo

de dano ambiental iminente” em liberar o andamento do projeto, que ainda está condicionada ao licenciamento ambiental. Ele ainda destacou que, dos 977 km da ferrovia, 635 km passam por área já afetada pela rodovia BR-163.

Moraes também destacou que a perda de proteção ambiental representa 0,054% da área ori-

ginal do parque, dos quais 60% já estão sem vegetação devido à rodovia que passa na região. “É algo ínfimo em relação aos benefícios que trará, não só na diminuição da emissão de CO₂, diminuição do número de acidentes rodoviários, mas também o progresso da região Centro-Oeste a Norte/Nordeste do País”, afirmou.

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS (PGRS),
ASSESSORIA EM LICENCIAMENTO AMBIENTAL E LAUDO DE COBERTURA VEGETAL.
ACESSE NOSSO SITE E CONHEÇA NOSSOS SERVIÇOS

51 99975.0551 | 99988.0104

www.nichosconsultoria.com.br

